



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **27 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 26 de agosto de 2011

A CRITICA CAS aprova projetos orçados em R\$ 480 milhões 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
AMAZONAS EM TEMPO Jabil pretende investir US\$ 101,3 milhões no Polo Industrial de Manaus 2 VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Mercado de trabalho para estrangeiro cresce no Amazonas 3 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Alta do endividamento público impede ampliação de benefício social, diz Malan 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Desoneração leva indústria ao Congresso 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Tributo sobre importado pode subir 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Indústria demite, em época que deveria contratar 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Empresas abertas acumulam caixa de R\$ 252 bilhões 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO ZF de Manaus: Reunião do CAS aprova US\$ 480,6 milhões em projetos 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Planalto pressiona por taxa de juros menor 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Planalto pressiona por taxa de juros menor 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Míriam Leitão 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Previdência tem déficit de R\$2,08 bi, melhor resultado para julho desde 1999 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ÚLTIMO SEGUNDO Negociações da Foxconn com o governo não avançam 19 VEICULAÇÃO NACIONAL	
REVISTA ISTOÉ DINHEIRO Leilão de concessão de porto de Manaus ocorre em 2012 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA ESTADO Leilão de concessão de porto de Manaus será em 2012 21 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA ESTADO MDIC alterará decreto sobre aplicação de medidas antidumping 22 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Câmara rejeita zona de processamento de exportação na fronteira do RS 23 VEICULAÇÃO NACIONAL	
SITE MDIC Conselho de Administração da SUFRAMA realiza sua 252ª Reunião Ordinária nesta quinta-feira 24 VEICULAÇÃO NACIONAL	

SITE MDIC	
Conselho de Administração da SUFRAMA realiza sua 252ª Reunião Ordinária nesta quinta-feira	25
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA SUFRAMA	
252ª Reunião Ordinária do CAS aprova US\$ 480.6 milhões em novos investimentos para a Zona Franca de Manaus.....	26
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM	
Uso de recursos externos é estratégia de "alto risco"	28
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
É preciso se preparar para o que vem da China	29
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Sony põe Brasil no pódio do mercado profissional.....	30
VEICULAÇÃO NACIONAL	
EPOCA NEGOCIOS	
Princípio ativo.....	32
VEICULAÇÃO NACIONAL	
IMPACTO RONDONIA	
Euclides requer Moção de Aplausos ao Cimcero	35
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PANTANAL NEWS	
Amazônia Legal e MS terão 32 unidades fluviais	36
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO CAS aprova projetos orçados em R\$ 480 milhões		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A previsão é que cerca de 2,4 mil empregos sejam serados em três anos com o desenvolvimento de 27 projetos

Cerca de 2,4 mil empregos devem ser gerados no PIM (Arquivo/Suframa)

O Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAS) aprovou, nesta quinta-feira, durante sua 252ª Reunião Ordinária, 27 projetos industriais e de serviços, 13 deles de implantação e 14 de atualização, ampliação e diversificação, os quais somam investimentos de US\$ 480.6 milhões e estimam a geração de 2.432 empregos no Polo Industrial de Manaus (PIM) em três anos.

A reunião do CAS foi presidida pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) interino, Alessandro Teixeira, e contou com a participação da Superintendente da Suframa, Flávia Grosso, de conselheiros dos Ministérios integrantes do CAS e de representantes das classes empresarial, política e trabalhadora da região.

A pauta de projetos aprovados teve como maiores destaques as iniciativas das empresas Neotec Indústria e Comércio de Pneus, que deverá investir cerca de US\$ 58 milhões e gerar 33 novos empregos na fabricação de pneumáticos para bicicletas e motocicletas, o que deverá reforçar a cadeia produtiva da borracha no Estado do Amazonas, e Phitronics Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Informática, para produção de receptores

de sinal de televisão via cabo e via satélite, com investimentos totais de US\$ 127 milhões e geração de 417 novos empregos.

Outros projetos de destaque aprovados na 252ª Reunião do CAS foram os das empresas Dafra da Amazônia, para fabricação de bicicletas elétricas, e Pool Engenharia Serviços e Comércio, para produção de postes de poliéster reforçados com fibras de vidro. Ambos representam produtos pioneiros no polo e deverão agregar valor ao portfólio de itens fabricados pela indústria regional.

Segundo o ministro interino do MDIC, Alessandro Teixeira, o Polo Industrial de Manaus vem se mostrando muito dinâmico em vários segmentos e deve continuar crescendo em ritmo sustentável, a despeito da desaceleração em diversos países provocada pela crise mundial.

“Tivemos vários segmentos no PIM crescendo acima de 30% no primeiro semestre e o polo vai continuar se desenvolvendo, gerando emprego e renda para a região. A Zona Franca é um dinamismo da economia brasileira”, afirmou.

A Superintendente da SUFRAMA, Flávia Grosso, reforçou o discurso otimista afirmando que os US\$ 19.7 bilhões faturados pelo PIM no primeiro semestre de 2011 superaram as projeções iniciais feitas pela autarquia e que tudo indica que o polo deverá ultrapassar um faturamento de US\$ 40 bilhões e gerar mais de 120 mil empregos ao final deste ano.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Jabil pretende investir US\$ 101,3 milhões no Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Disposta a ganhar mercado e ampliar atividade na capital amazonense, a Jabil pretende investir US\$ 101,3 milhões no Polo Industrial de Manaus (PIM) nos próximos três anos.

A empreitada só depende do aval do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAS), que avaliará nesta quinta-feira (25), durante a 252ª reunião extraordinária os projetos da empresa de incluir em suas linhas de produção mais seis componentes para atender a fabricantes de eletroeletrônicos e bens de informática.

De acordo com a Suframa, entre os itens que a empresa deseja fabricar em Manaus estão subconjunto para painel frontal utilizado na produção de áudio e vídeo, placa de circuito impresso montada para informática e produtos de não informática, subconjunto chassi para áudio e vídeo e controle remoto para aparelhos elétricos e eletroeletrônicos.

A intenção de fabricar esses insumos está inserida em um projeto de ampliação da empresa, que prevê aporte de US\$ 30,6 milhões. Além do projeto de ampliação, a Jabil também submeteu ao CAS um de implantação que prevê a produção de subconjuntos de áudio e vídeo.

Os investimentos que a Jabil pretende realizar no PIM, dentro de três anos, não se restringem apenas à produção de insumos. Segundo consta na pauta a ser avaliada hoje, a empreitada da componentista prevê também a geração de quase mil postos de trabalho.

Colaborou Richard Rodrigues

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Mercado de trabalho para estrangeiro cresce no Amazonas	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Os trabalhadores do Haiti foram os estrangeiros que receberam o maior número de autorizações de trabalho no Amazonas (247), seguido dos trabalhadores do Japão (90), Estados Unidos (38).

Manaus - O número de autorizações concedidas a trabalhadores estrangeiros no **Amazonas** aumentou 170% no primeiro semestre comparado aos primeiros seis meses do ano passado. A construção civil e a indústria são os setores que mais absorvem essa mão de obra estrangeira no Estado. Os Haitianos e os japoneses lideram o ranking, segundo a **Superintendência Regional** do Trabalho e Emprego do **Amazonas** (SRTE/AM).

Foram concedidos 676 vistos de trabalho de janeiro a junho de 2011, contra 250 no mesmo período de 2010. Os dados são da Coordenação Geral de Imigração (CGI) do **Ministério** do Trabalho e Emprego (MTE).

O **Amazonas** é o quinto Estado brasileiro com o maior número de autorizações de trabalho a estrangeiros no período, atrás do Rio de Janeiro (11.377), São Paulo (9.635), Minas Gerais (982) e Rio Grande do Norte (695).

Os trabalhadores do Haiti foram os estrangeiros que receberam o maior número de autorizações de trabalho no **Amazonas** (247), seguido dos trabalhadores do Japão (90), Estados Unidos (38), Coreia (32), Reino Unido (28) e outros países (241).

A SRTE/AM emitiu no primeiro semestre 974 carteiras de trabalho para estrangeiros, desse total uma média de 75% foram para haitianos.

“Os haitianos estão sendo absorvidos principalmente pela construção civil e empresas do **comércio** como padarias, confeitarias, **supermercados**, setores que estão necessitando de mão de obra urgente”, afirma o **Superintendente** do trabalho e emprego no **Amazonas**, Dermilson Chagas.

Em contrapartida, os japoneses são contratados, principalmente, para o Polo Industrial de **Manaus (PIM)** para cargos de chefia ou para implantação de novas tecnologias, como explica a presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), Elaine Jinkings.

“Esses profissionais trazem conhecimento técnico para compartilhar com os trabalhadores locais. Normalmente, eles são de uma unidade estrangeira da empresa que já desenvolve essa troca de domínio técnico por um prazo determinado”, afirma.

Segundo Jinkings, o custo para as empresas trazerem esses trabalhadores de fora é muito alto, pois além do salário local (com moeda brasileira), a empresa tem que pagar o salário normal do funcionário (na moeda do país de origem). “Sem falar em hospedagem, transporte, alimentação etc. Então, como o custo é alto, é preciso valer a pena o deslocamento desse funcionário”, completa.

Vistos justificados

De acordo com o levantamento do CGI, 36% do total de autorizações do **Amazonas** foram concedidas por situações consideradas especiais pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), 34% foram para assistência técnica por até 90 dias, sem vínculo empregatício, 9% foram para assistência técnica, cooperação técnica e transferência de tecnologia, sem vínculo empregatício e 6,5% para administradores, diretores, gerentes e executivos com poderes de gestão e concomitância.

Os investimentos efetuados por estrangeiros no **Amazonas** somaram R\$ 304,2 mil, o resultado já ultrapassa os investimentos realizados em 2009 e 2010, R\$ 260,5 mil e R\$ 276,7 mil, respectivamente.

Autorizações temporárias lideram

No primeiro semestre de 2011 foram liberadas 26,5 mil autorizações para estrangeiros trabalharem no Brasil, um aumento de 19,4% em relação aos seis primeiros meses de 2010. O tempo médio para concessão das autorizações de trabalho foi de 19,76 dias, de acordo com a CGI.

“A média de tempo é para quem apresenta toda a documentação corretamente. Quem não apresenta, quem cai em exigência, tem que voltar à estaca zero do processo. Estamos desenvolvendo um novo sistema para que até o fim do ano possamos fazer todo o processo pela internet. A autorização para artistas demora menos porque eles vêm para uma temporada específica, preparam tudo com antecedência, têm uma **produção** quase sempre muito

organizada. Por isso é mais rápido”, explicou o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

Em relação à categoria das autorizações, aproximadamente 93% são temporárias (24.684), crescimento de 18,9% em relação ao primeiro semestre de 2010. A maior parte das autorizações temporárias foram concedidas para estrangeiros que trabalham a bordo de embarcações ou plataformas estrangeiras (8.234), queda de 0,12% em relação ao mesmo período de 2010. Em seguida estão artistas

ou desportistas, com 4.504 autorizações, crescimento de 37,74%.

Para o ministro, o aumento está associado ao crescimento da economia. “Nos últimos anos o **Brasil** cresceu muito. Com este **desenvolvimento**, cresce o investimento, cresce a demanda por mão de obra interna - criamos um milhão de empregos no primeiro semestre - e também cresce a demanda por mão de obra externa. É um universo pequeno em relação à população”, comentou Lupi.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Alta do endividamento público impede ampliação de benefício social, diz Malan		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Economistas e ex-integrantes do governo FHC debateram no seminário Transição Incompleta e Dilemas da (Macro)Economia Brasileira

Anne Warth e Francisco Carlos de Assis - O Estado de S.Paulo

A crise internacional evidenciou o fato de que a política de bem-estar social, adotada pelos países europeus e almejada pelo Brasil, chegou ao seu limite. O ônus de oferecer serviços de educação, saúde, transporte e segurança apostando em um Estado capaz de socializar perdas e acomodar conquistas é o elevado nível de endividamento público.

Esse é o consenso a que chegaram economistas e ex-integrantes do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que ontem participaram do seminário Transição Incompleta e Dilemas da (Macro)Economia Brasileira, realizado na capital paulista pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e BM&FBovespa.

Para o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, a crise do mundo desenvolvido levou a um processo de reavaliação dessa política, cuja implementação vem sendo desejada há décadas pelos países emergentes. "Hoje estamos em um processo de recente reavaliação. Os países estão ou fora das possibilidades dos gastos do setor público ou fora do limite que a população, pelo menos a que paga impostos, aceita como necessário ou razoável para prover os serviços esperados", afirmou.

Na avaliação de Malan, o Brasil, que tomou esse modelo como referência, precisa discutir os impactos dessa política sobre as contas públicas. Isso porque as tentativas de elevar impostos de forma continuada, conforme fizeram os países europeus, afetam negativamente o investimento e o crescimento econômico, destacou Malan. "O País hoje tem a mais alta proporção de gasto público em relação ao **PIB** comparada a qualquer país em **desenvolvimento**, mais alta que muitos países desenvolvidos. O **Brasil** também tem hoje a mais alta carga tributária entre todos os países em **desenvolvimento**, também mais alta que muitos países

desenvolvidos. Essa discussão engatinha entre nós, mas precisa ser aprofundada", disse.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o **Brasil** vive um momento em que precisa de ideias novas e deve retomar a agenda de reformas estruturais. Isso, na avaliação dele, é o que pode garantir o crescimento econômico a médio e longo prazo. Questionado se concorda com a avaliação de Malan, de que o modelo de bem-estar social está se esgotando, o ex-presidente concordou, mas ponderou que ninguém pode pensar o **Brasil** sem uma política social ativa. "Malan está dizendo que temos que tomar cuidado porque lá na Europa chegou-se a um momento em que "desbalançou". Veja o que aconteceu na Espanha, com déficit público elevadíssimo. Isso pode chegar aqui, se nós não tivermos cuidado", afirmou. "Se quisermos preservar a possibilidade de ter uma política social ativa, temos que olhar para isso."

Ilha. FHC ressaltou que o **Brasil** não está imune à crise. "Tudo que está acontecendo de positivo agora pode se perder se não nos preparamos para o que vai acontecer pelo mundo", afirmou. "Todos aqui concordam que a crise global que nós estamos vivendo é grande. Ela começou em 2008 e continua, e a ideia de que o **Brasil** é uma ilha isolada que não pode ser alcançada está equivocada. Temos de ter já uma previsão do futuro, e isso implica em retomar uma agenda de reformas."

O economista Andre Lara Resende, ex-diretor do Banco Central e ex-presidente do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social, criticou a adoção da política clássica keynesiana desde o governo do ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva e que permaneceu com a presidente Dilma Rousseff. Na avaliação dele, o **Brasil** perdeu a oportunidade de implementar políticas econômicas que pudessem levar à redução da taxa de juros e a um maior crescimento econômico. Segundo ele, isso é fruto de um processo de transição e estabilização econômica inacabados. "A inflação foi resolvida, mas ela é apenas um sintoma. A raiz do problema é a incompatibilidade de ações. E as pressões na economia brasileira são as mesmas de sempre", disse, em referência ao excesso de gasto público, que tem como

consequência uma alta na inflação e, por conseguinte, a necessidade de uma taxa de juros elevada.

Impostos. Sobre essa questão, Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central e sócio da Rio Bravo Investimentos, foi enfático. "A dívida de hoje são os impostos de amanhã", afirmou, citando que o custo anual da rolagem da dívida brasileira corresponde a 17% do **PIB**. Para Franco, os problemas que têm levado à crise nas economias centrais não estão muito distantes do País. Ele pôs em dúvida a capacidade de o **Governo Federal** entregar o prometido corte de gastos destinado a amenizar os impactos da crise na

economia, e, ao mesmo tempo, manter a base de apoio unida no Congresso. "Estamos perdendo uma grande oportunidade de cumprir uma agenda que traria a taxa de juros para patamares normais", alertou.

Crítica

PEDRO MALAN

EX-MINISTRO DA FAZENDA

O **Brasil** também tem hoje a mais alta carga tributária entre todos os países em **desenvolvimento**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Desoneração leva indústria ao Congresso		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fabricantes de calçados, têxteis e móveis dizem que nova política industrial não reduz carga tributária e vão pressionar o Legislativo

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Os fabricantes de calçados, têxteis e móveis vão pressionar o Congresso Nacional para reduzir a alíquota de 1,5% a ser cobrada sobre o faturamento, em troca da desoneração dos 20% da contribuição previdenciária recolhidos sobre a folha salarial.

Conforme publicou o Estado em sua edição de quarta-feira, esses três setores avaliam que a mudança não representará redução efetiva da carga tributária e, em alguns casos, trará até aumento.

Apesar das queixas, até agora não há orientação no Executivo para negociar modificações. No entanto, a Medida Provisória 540, que regula essa e outras ações do plano **Brasil** Maior, ainda precisa passar pelo crivo do Legislativo, onde o texto pode ser alterado. O texto recebeu 242 emendas, várias delas sugerindo a redução da alíquota.

Ao contrário do que argumenta a indústria, os técnicos que elaboraram a medida dizem que houve redução da carga. A alíquota de 1,5% foi determinada com base na tributação média paga por esses setores, explicaram.

Eles calcularam quanto as empresas recolhem de contribuição previdenciária patronal e verificaram quanto esse valor representava sobre o faturamento. Chegaram à conclusão que, para manter a tributação no mesmo nível, a alíquota deveria ser de 1,7%. Portanto, a cobrança de 1,5% representa, na média, uma desoneração tributária.

O problema é que a média é, como o próprio nome diz, o meio do caminho. Há, assim, as empresas que ganham e as que perdem com a mudança.

No setor de tecnologia da informação, por exemplo, a desoneração é positiva para as empresas que desenvolvem sistemas e programas, pois nelas os salários representam 70% dos custos.

Porém, não é vantagem para as empresas que se dedicam à comercialização, segundo o presidente da

Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Géron Schmitt. A desoneração deixa de ser vantajosa se o gasto com salários é inferior a 12,5% do total de despesas da empresa, disse ele.

Emendas. A entidade apoia uma emenda do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que retira do sistema de desoneração as empresas que representam, distribuem ou revendem programas de computador. Outra entidade representativa do setor de tecnologia de informação, a Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), considera a mudança positiva. O setor recolherá 2,5%, enquanto a indústria ficou com 1,5%.

Entre as emendas à MP 540, estão as dos deputados Renato Molling (PP-RS) e Zeca Dirceu (PT-PR), que reduzem a alíquota sobre o faturamento do setor têxtil de 1,5% para 0,8%. Esse é o nível defendido pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit). Outros parlamentares, como Gorete Pereira (PR-CE) e Pepe Vargas (PT-RS), propuseram que o regime de desoneração seja optativo.

Há várias propostas para incluir outros setores no novo sistema, como o de serviços, transporte urbano, assistência técnica em informática e fabricação de tapetes e carpetes. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse esta semana que outros setores serão contemplados. O sistema começou com têxteis, calçados, móveis e tecnologia da informação, a título de teste.

As emendas à MP 540 também pretendem modificar o Reintegra, programa que devolve às indústrias 3% do valor das **exportações**. O deputado Renato Molling, por exemplo, quer que a alíquota seja elevada a 6%.

A proposta de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) do setor automotivo para incentivar a inovação tecnológica e o conteúdo nacional também recebeu emendas. O deputado João Carlos Bacelar (PR-BA) quer estender o benefício à indústria petroquímica.

PARA ENTENDER

Empresários querem mais

A indústria digere mal a decisão do governo de ter criado um tributo sobre o faturamento para compensar a

perda de arrecadação que terá com a retirada da contribuição patronal ao INSS sobre a folha. Os empresários pressionam por uma desoneração total. Essa sim, lhes daria mais fôlego para competir com as mercadorias importadas, que invadirão o mercado brasileiro com mais intensidade devido à retração nas economias mais ricas. O governo, porém, rejeitou essa hipótese porque teria de abrir mão de

uma arrecadação anual de R\$ 95 bilhões. É um dinheiro que faria falta para financiar outras despesas, como o aumento do salário mínimo ou o reajuste dos servidores que está sendo negociado. Faltaria, sobretudo, para tocar os investimentos que são prioridade da presidente Dilma Rousseff.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Tributo sobre <u>importado</u> pode subir		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo estuda mudar modelo de taxação, caso a retração da economia mundial provoque invasão de mercadorias de outros países

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo tem uma carta na manga para reforçar as defesas do mercado brasileiro contra a concorrência predatória dos importados. Caso a retração da economia mundial provoque um fluxo muito intenso de ingresso de mercadorias a preços baixos no País, o governo poderá começar a taxar os importados com um valor em dólares sobre cada unidade de mercadoria - e não um percentual sobre o preço, como hoje.

A principal vantagem dessa mudança, chamada tributação específica ou ad rem, é que ela combate o subfaturamento. Duas remessas de uma mesma mercadoria que cheguem ao País, uma com preços compatíveis com o mercado e outra com preços exageradamente baixos para recolher menos impostos, pagarão a mesma tributação.

A adoção desse sistema chegou a ser discutida durante a elaboração do plano Brasil Maior, lançado no início deste mês. O governo desistiu porque há dúvidas sobre a eficácia desse mecanismo no longo prazo. Além disso, o Brasil sempre utilizou a tributação em percentual sobre preços, também chamada de ad valorem, e a defende nos foros internacionais.

A ideia do ad rem, porém, continua no cardápio de medidas que podem ser adotadas em caso de agravamento da crise. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem dito que o mercado interno, que se mantém dinâmico ao contrário do que ocorre nos EUA e Europa, deve ser usufruído pelas empresas brasileiras.

O fluxo de importados é crescente. "O Brasil importa US\$ 214 em têxteis e confecções a cada segundo", disse o Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Fernando Valente PIMentel. "A cada minuto, é um emprego que se perde." A entidade do setor têxtil defende há muito tempo a tributação ad rem. "A grande vantagem é que ele inibe o subfaturamento", explicou.

Nas conversas com o governo, ele detectou que as principais resistências estão na área que cuida da política

internacional. "Só que não estamos vivendo um momento normal, e sim um momento que exige decisões que possam defender o investimento e o emprego no Brasil." A tributação ad rem é um instrumento admitido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e previsto na legislação brasileira.

Fiscalização difícil. Sem contar com a tributação específica, a Receita tem dificuldades em combater o subfaturamento por falta de provas. O fiscal é obrigado a aceitar que a informação constante da nota fiscal é verdadeira e não pode, por exemplo, compará-la com uma lista de preços internacionais.

Uma medida anunciada na semana passada foi a criação de uma espécie de "cadastro do bom exportador". As empresas estrangeiras do setor têxtil que quiserem poderão prestar uma série de informações à Receita e com isso evitar que suas remessas caiam no chamado "canal cinza", de fiscalização rigorosa, que consome até 180 dias para liberar a mercadoria.

A medida será estendida a outros produtos. Hoje, todas as mercadorias que são alvo de direito antidumping do Brasil (calçados, têxteis, armações de óculos, escovas de cabelo, , entre outros) caem no canal cinza.

Os fiscais também querem realizar missões ao exterior. Eles visitariam os fabricantes de produtos mais problemáticos. A busca de provas de subfaturamento deverá ser facilitada, também, com a nomeação de um adido da Receita na China.

Essas duas providências refletem uma mudança na forma de atuação dos fiscais contra o subfaturamento. Até o ano passado, a busca de provas do delito eram feitas no País, com o importador ou em escritórios de representação dos exportadores. Como, porém, as formas de burlar a fiscalização se tornaram mais sofisticadas, as evidências agora têm de ser trazidas do país exportador.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria demite, em época que deveria contratar		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Daniela Amorim e Raquel Landim

Prejudicada pelos importados, a indústria não está se beneficiando da demanda forte, o que se reflete na sua capacidade de gerar postos de trabalho.

De junho para julho, houve uma redução de 49 mil vagas na indústria nacional, uma queda de 1,3%. O fato é atípico, porque é nessa época do ano que o setor industrial começa a contratar temporários para atender a demanda das festas de fim de ano.

"O avanço na indústria não aconteceu, como era esperado", afirmou Cimar Azeredo, gerente da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE. "A indústria é que tradicionalmente cria vagas nessa época do ano e que

deveria absorver os quase 1,5 milhão de trabalhadores que ainda estão desocupados".

Segundo Paulo Francini, diretor do departamento de economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), "a indústria está andando de lado e isso se reflete no emprego". O economista-chefe da BNP Paribas Asset Management Brasil, Eduardo Yuki, alerta que o custo do trabalho é muito elevado para a indústria e há sinais de que a contratação deve arrefecer ou até mesmo recuar.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Empresas abertas acumulam caixa de R\$ 252 bilhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Fernando Torres e Marina Falcão

As recentes turbulências nos mercados encontrou as companhias brasileiras com um volume inédito de recursos em caixa. No fim do primeiro semestre, 253 empresas com capital aberto tinham R\$ 252 bilhões na conta ou em aplicações de curto prazo. O volume é 43% maior que os R\$ 176 bilhões (valor corrigido pelo IPCA) que elas tinham em setembro de 2008, quando estourou a crise financeira internacional.

Os recursos em caixa devem garantir maior tranquilidade às empresas para a travessia das turbulências nos mercados financeiros, principalmente se houver piora das condições econômicas e aperto do crédito. A CPFL, por exemplo, que tinha R\$ 4,4 bilhões no caixa em junho - 404% a mais do que em setembro de 2008 -, garante ter recursos suficientes para honrar todos os seus vencimentos de dívidas até setembro de 2012, mesmo que não pudesse tomar um único centavo emprestado.

A fabricante de calçados Alpargatas elevou seu caixa em 217% desde setembro de 2008. Tem R\$ 667 milhões, quase 30% do ativo total, valor que supera com folga a dívida bruta e deixa a companhia com caixa líquido de R\$ 382 milhões.

A OHL credita o aumento de 187% do seu caixa desde setembro de 2008, para R\$ 1,17 bilhão, ao bom desempenho da economia no período e ao início da operação de 23 novas praças de pedágios em rodovias federais em 2009. Além disso, a empresa captou R\$ 1,8 bilhão no ano passado com a emissão de debêntures e também tomou crédito no **BNDES**.

No ramo de consumo, a Iguatemi se destaca com quase R\$ 1 bilhão em caixa, volume equivalente a um terço dos ativos da companhia. Parte do dinheiro, incluindo os R\$ 330 milhões captados por meio de emissão de debêntures no início do ano, será usada na aquisição de participações adicionais em shoppings nos quais a companhia já é sócia.

A duas maiores empresas do país, Petrobras e Vale, despontam com folga na lista das que têm mais dinheiro disponível. A petroleira, com plano de investimento de US\$ 224 bilhões em cinco anos, tinha R\$ 59,7 bilhões em caixa no fim do semestre. A mineradora, que tem aumentado o pagamento de dividendos e alocou US\$ 3 bilhões para recompra de ações, encerrou junho com R\$ 21,3 bilhões. Em terceiro lugar, com R\$ 11,7 bilhões, aparece a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO ZF de <u>Manaus</u>: Reunião do CAS aprova US\$ 480,6 milhões em projetos	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAS) realizou ontem (25.08) sua 252ª Reunião Ordinária, aprovando uma pauta com 27 projetos industriais e de serviços, dentre os quais 13 de implantação e 14 de atualização, ampliação e diversificação. Juntos, os projetos somam investimentos de US\$ 480,6 milhões e estimam a geração de 2.432 novos postos de trabalho no PIM (Pólo Industrial de Manaus) ao longo dos próximos três anos.

A reunião foi presidida pelo MDIC (Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) interino, Alessandro Teixeira, e contou com a participação da Superintendente da SUFRAMA, Flávia Grosso, de conselheiros dos Ministérios integrantes do CAS e de representantes das classes empresarial, política e trabalhadora da região.

A pauta de projetos aprovados teve como maiores destaques as iniciativas das empresas Neotec Indústria e Comércio de Pneus, que deverá investir cerca de US\$ 58 milhões e gerar 33 novos empregos na fabricação de pneumáticos para bicicletas e motocicletas, o que deverá reforçar a cadeia produtiva da borracha no Estado do Amazonas, e Phitronics Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Informática, para produção de receptores de sinal de televisão via cabo e via satélite, com investimentos totais de US\$ 127 milhões e geração de 417 novos empregos.

Outros projetos de destaque aprovados na 252ª Reunião do CAS foram os das empresas Dafra da Amazônia, para fabricação de bicicletas elétricas, e Pool Engenharia Serviços e Comércio, para produção de postes de poliéster reforçados com fibras de vidro. Ambos representam produtos pioneiros no polo e deverão agregar valor ao portfólio de itens fabricados pela indústria regional.

Segundo o ministro interino do MDIC, Alessandro Teixeira, o Polo Industrial de Manaus vem se mostrando muito dinâmico em vários segmentos e deve continuar crescendo em ritmo sustentável, a despeito da desaceleração em diversos países provocada pela crise mundial. “Tivemos vários segmentos no PIM crescendo acima de 30% no primeiro semestre e o polo vai continuar se desenvolvendo, gerando

emprego e renda para a região. A Zona Franca é um dinamismo da economia brasileira”, afirmou.

A Superintendente da SUFRAMA, Flávia Grosso, reforçou o discurso otimista afirmando que os US\$ 19,7 bilhões faturados pelo PIM no primeiro semestre de 2011 superaram as projeções iniciais feitas pela autarquia e que tudo indica que o polo deverá ultrapassar um faturamento de US\$ 40 bilhões e gerar mais de 120 mil empregos ao final deste ano.

“Isso mostra que o empresariado continua acreditando no sucesso do modelo e investindo, o que proporciona crescimento econômico e bem-estar social à região. A cada desafio saímos mais fortes”, disse. “Normalmente o faturamento do polo aumenta no segundo semestre, então estamos confiantes de que chegaremos ao final de 2011 com a conquista de novos recordes de faturamento e de geração de empregos”, complementou a dirigente.

Discussões pontuais

Além da aprovação de novos investimentos, a 252ª Reunião do CAS foi marcada também por debates sobre questões como a necessidade de mecanismos de proteção comercial à indústria regional e o descontingenciamento dos recursos próprios da SUFRAMA.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre (Fecomércio/AC) e conselheiro representante das classes produtoras, Leandro Pinto, solicitou medidas emergenciais de proteção aos produtores de sacarias de juta e malva na região. Segundo o conselheiro, esse segmento oferece hoje alternativas de emprego e renda para mais de 20 mil famílias ribeirinhas somente no Estado do Amazonas e estaria sofrendo sérias ameaças com a concorrência desleal de produtos similares importados de países asiáticos.

O ministro interino do MDIC, Alessandro Teixeira, informou que foi realizada nessa quarta-feira uma reunião no Ministério para tratar do assunto e que a meta é encontrar uma solução no menor tempo possível.

A respeito do contingenciamento dos recursos próprios da SUFRAMA, tema que recebeu contribuições de diversos

conselheiros do colegiado, o representante das classes trabalhadoras, Antônio Tavares, disse que isso é um problema que tem afetado o **desenvolvimento** da região e trazido insegurança ao modelo **Zona Franca** de **Manaus**, ao mesmo tempo em que cobrou uma maior atenção do **Governo Federal** à questão.

O secretário municipal de Finanças e conselheiro representante da Prefeitura de **Manaus**, Alfredo Paes, disse que o equilíbrio fiscal do governo é uma preocupação constante, mas que a reivindicação **regional** é por um tratamento diferenciado ao orçamento da **SUFRAMA**.

“Quando você fala em contingenciamento de orçamento de um **Ministério**, você está tratando de despesa. O que a **SUFRAMA** reivindica é que ela também é arrecadadora, então seus recursos vão para o Tesouro e contribuem com o equilíbrio fiscal. O entendimento é que, como a autarquia gera receitas, ela teria que ter um tratamento diferenciado no seu orçamento”, afirmou.

Teixeira disse que o Governo prioriza a região e que mantém um compromisso sério em prol do fortalecimento e do crescimento do modelo **ZFM**. “Nós temos a convicção de que a **Zona Franca** de **Manaus** é um modelo viável para o **desenvolvimento** do País. Não há qualquer desprestígio da **Zona Franca**. Se isso ocorresse, não estariam crescendo os investimentos e a **Zona Franca** de **Manaus** não estaria no centro da política de governo”, afirmou.

“Os recursos da **Zona Franca** vão aumentar e isso é um comprometimento que o Governo tem no sentido de garantir o **desenvolvimento** do polo e da região. Tenho certeza que o Estado do **Amazonas** nunca cresceu tanto e nunca gerou tanto emprego quanto nos últimos anos. A atual gestão do **Governo Federal** tem se mostrado comprometida seriamente com a região”, complementou. (Informações: **MDIC** / Foto: Divulgação)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Planalto pressiona por taxa de juros menor		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

TREMOR GLOBAL: Recuo poderia ser de 0,25 no primeiro momento. Reunião do Copom é na semana que vem

Selic poderia cair já na semana que vem ou em outubro, dependendo do comportamento dos índices de inflação

BRASÍLIA. O Palácio do Planalto iniciou um movimento de pressão para que haja uma redução de 0,25 ponto percentual da Taxa Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que acontece nos dias 30 e 31 de agosto. Internamente, a avaliação é que o Banco Central (BC) deveria ser ousado neste momento, de cenário de forte desaceleração da economia mundial, com risco de recessão global. Apesar da cautela pública, esse movimento é apoiado pelas principais autoridades da área econômica e por economistas com poder de influência no Planalto. Após cinco altas consecutivas, os juros básicos estão fixados em 12,5% ao ano.

Segundo um ministro com trânsito no gabinete da presidente Dilma Rousseff, o Brasil não pode repetir o erro de 2008, quando o BC demorou três reuniões para baixar a Selic em meio à crise global, contribuindo para que a desaceleração da economia brasileira fosse muito severa entre outubro e dezembro daquele ano e em 2009. Na ocasião, a primeira redução dos juros ocorreu apenas na reunião do Copom de janeiro de 2009, mas a crise explodiu em 15 de setembro de 2008.

No núcleo do governo, esse debate já está estabelecido. A expectativa é de que Dilma peça explicações detalhadas do cenário econômico e dos riscos inflacionários ao presidente do BC, Alexandre Tombini, no início da próxima semana, antes do Copom. Por esse relato, a presidente quer um argumento consistente, caso haja uma decisão pela manutenção da taxa selic em 12,5%.

O consenso no núcleo palaciano é que já teve início um processo de desaceleração da economia brasileira e que isso elimina parte do risco inflacionário previsto pelo BC antes da crise financeira internacional.

Encamparam este "discurso de pressão" os ministros que elaboraram a nova política industrial - Guido Mantega (Fazenda), Fernando PIMentel (Desenvolvimento) e Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) -, que por sua vez têm a simpatia de ministros palacianos como Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência) e do presidente do BNDES, Luciano Coutinho. De fora do governo estariam influenciando este rumo os economistas Delfim Netto e Luiz Gonzaga Beluzzo.

Para evitar uma reação de setores do mercado financeiro, Dilma e Mantega estão há quase um mês batendo na tecla do compromisso firme com a austeridade fiscal. A ideia é fornecer um alicerce à eventual decisão de reduzir juros do BC, que ainda luta para trazer de volta ao centro da meta de 4,5% a taxa oficial de inflação (IPCA).

Nas palavras do próprio ministro Mantega em depoimento ao Senado, na terça-feira, este é o momento de o país mudar a forma como as políticas fiscal e monetária são combinadas para potencializar o crescimento. Ele lembrou que se o governo já teve que abrir mão de receitas para fazer desonerações que segurassem o PIB, caso de 2008-2010, agora o momento é da política monetária, que também tem esse poder - com a vantagem de não trazer custos aos cofres públicos.

- Reduzir a Selic é prioridade sob todos os pontos de vista - disse Mantega, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Apesar da pressão, a área econômica sabe que a decisão do BC não é fácil mas vê chances concretas de que o Copom adie uma redução dos juros para a reunião seguinte, em outubro. Embora as condições para a queda dos juros já estejam dadas, ainda há repiques na inflação. Além disso, a queda nos preços de commodities - que é uma fator importante de alívio nos preços - ainda não chegou a aparecer completamente nos índices.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Planalto pressiona por taxa de juros menor		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

TREMOR GLOBAL: Recuo poderia ser de 0,25 no primeiro momento. Reunião do Copom é na semana que vem

Selic poderia cair já na semana que vem ou em outubro, dependendo do comportamento dos índices de inflação

BRASÍLIA. O Palácio do Planalto iniciou um movimento de pressão para que haja uma redução de 0,25 ponto percentual da Taxa Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que acontece nos dias 30 e 31 de agosto. Internamente, a avaliação é que o Banco Central (BC) deveria ser ousado neste momento, de cenário de forte desaceleração da economia mundial, com risco de recessão global. Apesar da cautela pública, esse movimento é apoiado pelas principais autoridades da área econômica e por economistas com poder de influência no Planalto. Após cinco altas consecutivas, os juros básicos estão fixados em 12,5% ao ano.

Segundo um ministro com trânsito no gabinete da presidente Dilma Rousseff, o Brasil não pode repetir o erro de 2008, quando o BC demorou três reuniões para baixar a Selic em meio à crise global, contribuindo para que a desaceleração da economia brasileira fosse muito severa entre outubro e dezembro daquele ano e em 2009. Na ocasião, a primeira redução dos juros ocorreu apenas na reunião do Copom de janeiro de 2009, mas a crise explodiu em 15 de setembro de 2008.

No núcleo do governo, esse debate já está estabelecido. A expectativa é de que Dilma peça explicações detalhadas do cenário econômico e dos riscos inflacionários ao presidente do BC, Alexandre Tombini, no início da próxima semana, antes do Copom. Por esse relato, a presidente quer um argumento consistente, caso haja uma decisão pela manutenção da taxa selic em 12,5%.

O consenso no núcleo palaciano é que já teve início um processo de desaceleração da economia brasileira e que isso elimina parte do risco inflacionário previsto pelo BC antes da crise financeira internacional.

Encamparam este "discurso de pressão" os ministros que elaboraram a nova política industrial - Guido Mantega (Fazenda), Fernando PIMentel (Desenvolvimento) e Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) -, que por sua vez têm a simpatia de ministros palacianos como Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência) e do presidente do BNDES, Luciano Coutinho. De fora do governo estariam influenciando este rumo os economistas Delfim Netto e Luiz Gonzaga Beluzzo.

Para evitar uma reação de setores do mercado financeiro, Dilma e Mantega estão há quase um mês batendo na tecla do compromisso firme com a austeridade fiscal. A ideia é fornecer um alicerce à eventual decisão de reduzir juros do BC, que ainda luta para trazer de volta ao centro da meta de 4,5% a taxa oficial de inflação (IPCA).

Nas palavras do próprio ministro Mantega em depoimento ao Senado, na terça-feira, este é o momento de o país mudar a forma como as políticas fiscal e monetária são combinadas para potencializar o crescimento. Ele lembrou que se o governo já teve que abrir mão de receitas para fazer desonerações que segurassem o PIB, caso de 2008-2010, agora o momento é da política monetária, que também tem esse poder - com a vantagem de não trazer custos aos cofres públicos.

- Reduzir a Selic é prioridade sob todos os pontos de vista - disse Mantega, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Apesar da pressão, a área econômica sabe que a decisão do BC não é fácil mas vê chances concretas de que o Copom adie uma redução dos juros para a reunião seguinte, em outubro. Embora as condições para a queda dos juros já estejam dadas, ainda há repiques na inflação. Além disso, a queda nos preços de commodities - que é uma fator importante de alívio nos preços - ainda não chegou a aparecer completamente nos índices.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Míriam Leitão		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sentido dos tempos

Não procurem sentido na economia dos tempos atuais. O Japão teve sua dívida rebaixada esta semana pela Moody's e, em seguida, a agência japonesa ameaçou rebaixar também. E o que houve? O Banco Central teve que intervir para deter a valorização do iene. A moeda do país atingido por terremoto, tsunami, desastre nuclear, recessão e crises políticas não para de subir.

O iene subiu 8,4% em relação ao **dólar** desde abril. Isso fez com que o banco central japonês tivesse que inventar políticas para evitar a supervalorização da moeda do seu enfraquecido país. Esta semana, anunciou que usará US\$100 bilhões de suas reservas para ajudar os **exportadores** japoneses, que estão tendo dificuldades de competição em outros **mercados** porque a moeda forte está tirando competitividade dos seus produtos.

O Japão terá agora o sexto governo em cinco anos. O país é a terceira maior economia do mundo e tem este grau de instabilidade política. Claro que a democracia está forte, mas o país não consegue formar governos estáveis, o que se soma à enorme incapacidade de crescer. Ele passou longo tempo em vida vegetativa e quando parecia que voltaria a crescer foi atingido pelo triplo choque deste ano. Resultado: voltou a cair em recessão.

Para recuperar as áreas atingidas pelo terremoto-tsunami-desastre nuclear, o Japão teve que aumentar o gasto público, aprofundando o déficit. O que complica mais o quadro é que a dívida japonesa é de 230% do **PIB**. A vantagem é que é uma dívida detida principalmente pelos próprios japoneses. Seja a quem for, o fato é que o Japão deve mais de dois japões e está com déficit. Logo, faz sentido que as agências de risco considerem que o país precisa ser rebaixado. A Moody's estabeleceu que ele é AA3 em vez de AA2.

Mas não é que no mesmíssimo dia do rebaixamento o BC japonês teve que intervir para segurar o iene, que não parava de subir dada a procura pela moeda por investidores interessados em se proteger da turbulência global? O governo japonês resolveu proteger sua indústria gastando esses US\$100 bi de reservas, mas a valorização do câmbio está

fazendo com que as empresas japonesas saiam pelo mundo comprando outras que, para elas, ficaram baratas. A Kirin, de capital japonês, por exemplo, está tentando comprar a brasileira Schincariol.

Este ano, o iene subiu 5,1% em relação ao **dólar**, mas como se pode ver no gráfico abaixo a onda vem de longe e é enorme. Desde 2007, a moeda japonesa se valorizou 53% sobre a moeda americana. O governo anunciou um plano para tentar enfraquecer o iene sem intervir de forma mais explícita no **mercado** de câmbio.

Não é a única esquisitice do momento. Outra aconteceu nos Estados Unidos, logo após o anúncio da Standard & Poor's de que a dívida americana, pela primeira vez na história daquele Tesouro, tinha perdido a nota máxima. Perdeu um A e ganhou mais interessados em títulos do seu Tesouro, o mesmo que uma semana antes quase dera um calote na dívida. A procura foi tanta pelos Treasury Bills que os juros caíram ao nível mais baixo da história recente. Enquanto os Estados Unidos atraíam todos esses investidores, eles fugiam de todos os outros ativos, derrubando, na correria, as bolsas do mundo inteiro, entre elas, a nossa, que nada tem a ver com a história.

Ontem, outra coisa estranha foi o rumor de que as agências poderiam derrubar a nota da dívida alemã. Ora, a Alemanha é que segura a Europa, tem um déficit de 2,5% do **PIB** previsto para este ano, foi de 3% no ano passado e acaba de anunciar um pacote de ajuste fiscal de 80 bilhões. Os alemães são conhecidos por terem mais rigor fiscal, resultado de um passado hiperinflacionário que entrou na genética do povo. Já a França tem uma dívida de 87% do **PIB** e um déficit de 7% que só voltará a ficar abaixo de 3% em 2014. Fez um pacotinho fiscal de 11 bilhões, que tem mais charme - cobra mais impostos dos ricos - do que músculos, mas mesmo assim as agências confirmaram a nota máxima da França. Nada disso faz sentido.

Menos sentido ainda faz a debandada dos investidores de todas as moedas em direção ao franco suíço. A Suíça é, como se sabe, um pequeno país, de **PIB** de US\$590 bilhões, que é 15% do **PIB** alemão. Não tem dimensão para ser porto seguro de investidor nenhum. O governo suíço, coitado, tenta conter a avalanche com todo o tipo de medida e mesmo assim

a moeda sobe 29% em um ano sobre o **dólar**. Outro dia, para espantar esses investidores intrometidos, o governo suíço ameaçou vincular sua moeda ao euro. As duas oscilariam juntas, para cima ou para baixo. Isso equivale a abraçar o

afogado, porque o euro é aquela moeda sobre a qual se fala que pode entrar em colapso. É de dar nó na cabeça a conjuntura econômica atual e suas conexões sem sentido.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Previdência tem déficit de R\$2,08 bi, melhor resultado para julho desde 1999		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Geralda Doca

BRASÍLIA. Ainda favorecida pelo desempenho do mercado formal de trabalho, a Previdência Social registrou em julho déficit de R\$2,084 bilhões - queda de 24% frente ao mesmo período de 2010. Foi o melhor resultado para o mês desde 1999. Entre janeiro e julho, as contas do INSS acumulam um saldo negativo de R\$21,864 bilhões, também o menor para o período nos últimos sete anos.

Mantido o ritmo, o ministro da Previdência, Garibaldi Alves, estima que as contas do regime de aposentadoria dos trabalhadores do setor privado fechem o ano R\$39,339 bilhões no vermelho, abaixo do saldo negativo de R\$43 bilhões de 2010.

- Estamos com tendência firme de redução da necessidade de financiamento da Previdência Social. Não acredito que nos próximos meses possamos ter uma piora no resultado - disse o ministro, ao ser perguntado sobre a desaceleração na geração de empregos mostrada nos dados do Ministério do Trabalho nos últimos meses.

No mês passado, o governo teve uma arrecadação líquida de R\$19,756 bilhões em contribuições previdenciárias, sobretudo nas áreas urbanas - o que representou alta de 9,7%, já descontada a inflação. Já as despesas com pagamento de benefícios ficaram em R\$21,840 bilhões, crescimento de 5,3%.

Apesar disso, em julho, o déficit da Previdência subiu 9,5% em relação ao mês anterior, que foi de R\$1,903 bilhão. O principal motivo foi o desempenho da área rural, que arrecadou menos e gastou mais com aposentadorias e pensões.

O secretário de Previdência Social, Leonardo Rolim, disse que a ampliação da desoneração da folha para outros setores, conforme feito com confecções, calçados, software e móveis (incluídos no programa Brasil Maior), deve ocorrer de forma linear. Mas somente após uma avaliação sobre o resultado nos segmentos já beneficiados.

	VEÍCULO ÚLTIMO SEGUNDO	EDITORIA	
	TÍTULO Negociações da Foxconn com o governo não avançam		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Investimento que empresa faria no Brasil, previsto para ser de US\$ 12 bilhões, deve cair para US\$ 10 bilhões selo

As negociações da Foxconn com o governo brasileiro ainda se arrastam, e os primeiros iPads "made in Brazil" serão apenas montados no País, com 80% do conteúdo vindo de fora, inclusive a tela TFT, de maior conteúdo tecnológico do aparelho. Segundo fontes ouvidas pela reportagem, a Foxconn negocia a construção de duas fábricas no País para **produção** das telas, mas o local das unidades ainda não foi definido.

Leia também: Steve Jobs deixa o comando da Apple

Nos bastidores, técnicos do governo admitem que o investimento da Foxconn pode cair para US\$ 10 bilhões, abaixo dos US\$ 12 bilhões anunciados pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, em abril. A redução não afetaria os planos da companhia de desenvolver as telas no País e possivelmente **exportar** parte da **produção**, dizem fontes do governo.

A empresa, que já possui cinco fábricas no País, chegou a propor que o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) fosse sócio majoritário do negócio, bancando a maior parte do investimento, mas a instituição não topou. O **BNDES** continua dialogando com a Foxconn e pode financiar a construção das fábricas ou se tornar sócio minoritário no empreendimento.

Além do banco estatal de fomento, a empresa taiwanesa tem mantido encontros com empresas brasileiras interessadas em firmar parceria na fábrica de telas e com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), para definir como se dará a transferência de tecnologia.

Conhecidas como telas planas de filme fino, as TFT (thin film technology) são fabricadas por robôs em ambientes especiais e possuem componentes eletrônicos em cada pixel, a menor unidade de cor e forma no **monitor**.

A Foxconn também discute com quatro Estados, entre eles São Paulo, onde serão localizadas as duas novas fábricas. Segundo fontes, a empresa busca locais com eficiência no fornecimento de energia e conexão de banda larga, e fácil acesso a portos e aeroportos. Por enquanto, a Foxconn decidiu montar apenas mais uma linha de **produção** em um galpão do condomínio industrial de Jundiá.

Procurada pela reportagem, a assessora de imprensa do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** informou que "prosseguem as conversas sobre uma fábrica da Foxconn no País". A Pasta da Ciência e Tecnologia e Inovação disse que sete empresas foram autorizadas a fabricar tablets nos próximos seis meses sem pagamento de alguns impostos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

	VEÍCULO REVISTA ISTOÉ DINHEIRO	EDITORIA	
	TÍTULO Leilão de concessão de porto de <u>Manaus</u> ocorre em 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Silvana Mautone

O leilão de concessão do segundo porto de **Manaus**, no **Amazonas**, deve ocorrer apenas em 2012, e não mais neste ano como vinha sendo anunciado pelo governo. "Se tudo correr bem, no início do próximo ano vamos colocar o porto de **Manaus** para licitação", afirmou hoje o ministro Leônidas Cristino, da Secretaria Especial de Portos (SEP). A previsão inicial era que a concessão ocorresse no ano passado, mas acabou sendo adiada para o segundo semestre deste ano. Cristino participou na manhã de hoje da abertura do fórum Santos Export 2011, em Santos (SP).

Essa será a primeira concessão federal à iniciativa privada de um porto público no Brasil. O prazo de concessão será de 25 anos, renováveis por outros 25 anos. O investimento previsto é de R\$ 1,4 bilhão. O porto deve atender principalmente às indústrias localizadas na **Zona Franca de Manaus**.

Copyright © 2011 Agência Estado. Todos os direitos reservados.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO Leilão de concessão de porto de <u>Manaus</u> será em 2012		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O leilão de concessão do segundo porto de **Manaus**, no **Amazonas**, deve ocorrer apenas em 2012, e não mais neste ano como vinha sendo anunciado pelo governo. "Se tudo correr bem, no início do próximo ano vamos colocar o porto de **Manaus** para licitação", afirmou hoje o ministro Leônidas Cristino, da Secretaria Especial de Portos (SEP). A previsão inicial era que a concessão ocorresse no ano passado, mas acabou sendo adiada para o segundo semestre deste ano.

Cristino participou na manhã de hoje da abertura do fórum Santos Export 2011, em Santos (SP).

Essa será a primeira concessão federal à iniciativa privada de um porto público no Brasil. O prazo de concessão será de 25 anos, renováveis por outros 25 anos. O investimento previsto é de R\$ 1,4 bilhão. O porto deve atender principalmente às indústrias localizadas na **Zona Franca de Manaus**.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO MDIC alterará decreto sobre aplicação de medidas antidumping		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Renata Veríssimo, da Agência Estado

BRASÍLIA - O **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**) irá alterar o decreto que regulamenta os procedimentos relativos à aplicação de medidas antidumping. A medida faz parte do esforço do governo para reforçar a área de defesa comercial.

VEJA TAMBÉM

Déficit comercial do setor de autopeças cresce 23,3% de janeiro a julho

O **MDIC** publicará nesta sexta-feira, 26, no Diário Oficial da União, uma portaria abrindo consulta pública para colher sugestões das entidades empresariais para a revisão da norma. O decreto tem mais de 15 anos e precisa ser adequado à realidade atual do **comércio** exterior, informa o **MDIC**.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA		EDITORIA
	TÍTULO Câmara rejeita zona de processamento de <u>exportação</u> na fronteira do RS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Comissão de Finanças e Tributação rejeitou, na quarta-feira (24), o Projeto de Lei 2410/07, do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), que permite a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em municípios da faixa de fronteira no Rio Grande do Sul.

O parecer do relator, deputado João dado (PDT-SP), foi pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentaria do projeto e do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, indústria e Comércio. Como o parecer da comissão é terminativo, a proposta será arquivada, caso não haja recurso para que a proposta continue tramitando.

Zonas não implementadas

A proposta original autorizava o Executivo a criar uma Área de Livre Comércio (ALC) na região. Já o substitutivo mantinha como beneficiários os municípios pertencentes às microrregiões Campanha Ocidental, Campanha Central, Campanha Meridional, Jaguarão e Litoral Lagunar.

As Zonas de Processamento de Exportação, previstas há mais de 20 anos na legislação, ainda não foram implementadas. Nas ZPEs, as indústrias recebem benefícios fiscais e administrativos para os produtos destinados à exportação.

	VEÍCULO SITE MDIC	EDITORIA	
	TÍTULO Conselho de Administração da <u>SUFRAMA</u> realiza sua 252ª Reunião Ordinária nesta quinta-feira		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Menos de um mês após o seu último encontro, o Conselho de Administração da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (CAS) volta a se reunir nesta quinta-feira (25), no auditório Floriano Pacheco, na sede da **SUFRAMA** em **Manaus**, às 14h, para realizar sua 252ª Reunião Ordinária. Na ocasião, o CAS avaliará uma pauta com 26 projetos industriais e de serviços, sendo 13 de implantação e 13 de diversificação, atualização e ampliação, que juntos somam investimentos totais de US\$ 353.5 milhões e estimam a geração de 2.432 novos empregos no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

O evento será presidido pelo secretário-executivo do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Alessandro Teixeira, e contará com a participação da **Superintendente** da **SUFRAMA**, **Flávia Grosso**, e de demais conselheiros representantes dos **Ministérios** integrantes do CAS e representantes das classes empresarial e trabalhadora da região.

A pauta a ser analisada tem como maiores destaques os projetos de diversificação, ampliação e atualização das empresas Neotec Indústria e **Comércio** de Pneus, com investimentos totais de US\$ 57.8 milhões e geração de 33 novos empregos, para fabricação de pneumáticos para bicicletas e motocicletas; Kodak da **Amazônia** Indústria e **Comércio**, com investimentos totais de US\$ 36 milhões e geração de 66 novos empregos, para fabricação de chapa pré-sensibilizada de alumínio para impressão “off-set”; Orient Relógios da **Amazônia**, para **produção** de relógios de pulso, com investimentos totais de US\$ 16.2 milhões e geração de 307 novos empregos; Dafra da **Amazônia**, para fabricação de bicicletas elétricas, com investimentos totais de US\$ 1.3 milhão e geração de 14 novos empregos; e Salcomp Industrial Eletrônica da **Amazônia**, voltado à **produção** de fontes de alimentação de energia (conversores AC/DC), com geração prevista de 137 novos empregos e investimentos totais de US\$ 1.2 milhão.

Entre os projetos de implantação, maior destaque para as empresas Britânia Componentes Eletrônicos, voltada à **produção** de placas de circuito impresso, peças plásticas e subconjuntos para aparelhos de áudio e/ou vídeo, com investimentos totais de US\$ 53.6 milhões e geração de 268 empregos; e Pool Engenharia Serviços e **Comércio**, para **produção** de postes de poliéster reforçados com fibras de vidro, com investimentos totais de US\$ 3.5 milhões e geração de 25 empregos. Também merecem ênfase os projetos de prestação de serviços da empresa Refeições Puras RID, para fornecimento de refeições industriais, com investimentos totais de US\$ 42.7 milhões e geração de 946 empregos, e das transportadoras OTM Distribuição e Logística de Cargas e BLR Logística e Transporte Rodoviário de Carga, que juntas deverão investir mais de US\$ 2 milhões e gerar 42 novos empregos.

Segundo a **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus**, **Flávia Grosso**, apesar de a 252ª Reunião Ordinária do CAS não contar com uma quantidade de projetos tão extensa quanto em reuniões passadas do Conselho – em função do pouco tempo decorrido desde o último encontro do colegiado –, a qualidade da pauta em análise é grande e os projetos apresentados ensejarão um impacto positivo sobretudo na diversificação de investimentos no **PIM**. “Temos projetos no setor de Duas Rodas, Mecânico, Termoplástico, Eletroeletrônico, Relojoeiro e Alimentício, dentre outros, e até iniciativas pioneiras como a fabricação de bicicletas elétricas e de postes de poliéster, além dos projetos de prestação de serviços que deverão contribuir para o incremento das atividades das empresas do polo”, afirmou a **Superintendente**.

» Fonte: **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

	VEÍCULO SITE MDIC	EDITORIA
	TÍTULO Conselho de Administração da <u>SUFRAMA</u> realiza sua 252ª Reunião Ordinária nesta quinta-feira	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Manaus (24 de agosto) - Menos de um mês após o seu último encontro, o Conselho de Administração da **Superintendência da Zona Franca de Manaus** (CAS) volta a se reunir nesta quinta-feira (25), no auditório Floriano Pacheco, na sede da **SUFRAMA**, às 14h, para realizar sua 252ª Reunião Ordinária. Na ocasião, o CAS avaliará uma pauta com 26 projetos industriais e de serviços, sendo 13 de implantação e 13 de diversificação, atualização e ampliação, que juntos somam investimentos totais de US\$ 353.5 milhões e estimam a geração de 2.432 novos empregos no Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**).

O evento será presidido pelo ministro interino do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Alessandro Teixeira, e contará com a participação da **Superintendente** da **SUFRAMA**, **Flávia Grosso**, e de demais conselheiros representantes dos **Ministérios** integrantes do CAS e representantes das classes empresarial e trabalhadora da região.

A pauta a ser analisada tem como maiores destaques os projetos de diversificação, ampliação e atualização das empresas Neotec Indústria e **Comércio** de Pneus, com investimentos totais de US\$ 57.8 milhões e geração de 33 novos empregos, para fabricação de pneumáticos para bicicletas e motocicletas; Kodak da **Amazônia** Indústria e **Comércio**, com investimentos totais de US\$ 36 milhões e geração de 66 novos empregos, para fabricação de chapa pré-sensibilizada de alumínio para impressão "off-set"; Orient Relógios da **Amazônia**, para **produção** de relógios de pulso, com investimentos totais de US\$ 16.2 milhões e geração de 307 novos empregos; Dafra da **Amazônia**, para fabricação de bicicletas elétricas, com investimentos totais de US\$ 1.3 milhão e geração de 14 novos empregos; e Salcomp Industrial Eletrônica da **Amazônia**, voltado à **produção** de fontes de alimentação de energia (conversores AC/DC), com geração prevista de 137 novos empregos e investimentos totais de US\$ 1.2 milhão.

Entre os projetos de implantação, maior destaque para as empresas Britânia Componentes Eletrônicos, voltada à **produção** de placas de circuito impresso, peças plásticas e subconjuntos para aparelhos de áudio e/ou vídeo, com

investimentos totais de US\$ 53.6 milhões e geração de 268 empregos; e Pool Engenharia Serviços e **Comércio**, para **produção** de postes de poliéster reforçados com fibras de vidro, com investimentos totais de US\$ 3.5 milhões e geração de 25 empregos. Também merecem ênfase os projetos de prestação de serviços da empresa Refeições Puras RID, para fornecimento de refeições industriais, com investimentos totais de US\$ 42.7 milhões e geração de 946 empregos, e das transportadoras OTM Distribuição e Logística de Cargas e BLR Logística e Transporte Rodoviário de Carga, que juntas deverão investir mais de US\$ 2 milhões e gerar 42 novos empregos.

Segundo a **Superintendente** da **Zona Franca de Manaus**, **Flávia Grosso**, apesar de a 252ª Reunião Ordinária do CAS não contar com uma quantidade de projetos tão extensa quanto em reuniões passadas do Conselho – em função do pouco tempo decorrido desde o último encontro do colegiado –, a qualidade da pauta em análise é grande e os projetos apresentados ensejarão um impacto positivo sobretudo na diversificação de investimentos no **PIM**. "Temos projetos no setor de Duas Rodas, Mecânico, Termoplástico, Eletroeletrônico, Relojoeiro e Alimentício, dentre outros, e até iniciativas pioneiras como a fabricação de bicicletas elétricas e de postes de poliéster, além dos projetos de prestação de serviços que deverão contribuir para o incremento das atividades das empresas do polo", afirmou a **Superintendente**.

Mais informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação Social da **Suframa**

(92) 3321-7038 e 3321-7042

Junha Januaría

junha.januaría@**Suframa**.gov.br

	VEÍCULO ASSESSORIA SUFRAMA	EDITORIA
	TÍTULO 252ª Reunião Ordinária do CAS aprova US\$ 480.6 milhões em novos investimentos para a Zona Franca de Manaus	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Diego Queiroz

O Conselho de Administração da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (CAS) realizou nesta quinta-feira (25) sua 252ª Reunião Ordinária, aprovando uma pauta com 27 projetos industriais e de serviços, dentre os quais 13 de implantação e 14 de atualização, ampliação e diversificação. Juntos, os projetos somam investimentos de US\$ 480.6 milhões e estimam a geração de 2.432 novos postos de trabalho no Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) ao longo dos próximos três anos.

A reunião foi presidida pelo ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**) interino, Alessandro Teixeira, e contou com a participação da **Superintendente** da **SUFRAMA**, **Flávia Grosso**, de conselheiros dos **Ministérios** integrantes do CAS e de representantes das classes empresarial, política e trabalhadora da região.

A pauta de projetos aprovados teve como maiores destaques as iniciativas das empresas Neotec Indústria e **Comércio** de Pneus, que deverá investir cerca de US\$ 58 milhões e gerar 33 novos empregos na fabricação de pneumáticos para bicicletas e motocicletas, o que deverá reforçar a cadeia produtiva da borracha no Estado do **Amazonas**, e Phitronics Indústria e **Comércio** de Eletroeletrônicos e Informática, para **produção** de receptores de sinal de televisão via cabo e via satélite, com investimentos totais de US\$ 127 milhões e geração de 417 novos empregos.

Outros projetos de destaque aprovados na 252ª Reunião do CAS foram os das empresas Dafra da **Amazônia**, para fabricação de bicicletas elétricas, e Pool Engenharia Serviços e **Comércio**, para **produção** de postes de poliéster reforçados com fibras de vidro. Ambos representam produtos pioneiros no polo e deverão agregar valor ao portfólio de itens fabricados pela indústria **regional**.

Segundo o ministro interino do **MDIC**, Alessandro Teixeira, o Polo Industrial de **Manaus** vem se mostrando muito dinâmico em vários segmentos e deve continuar crescendo em ritmo sustentável, a despeito da desaceleração em diversos países provocada pela crise mundial. "Tivemos vários

segmentos no **PIM** crescendo acima de 30% no primeiro semestre e o polo vai continuar se desenvolvendo, gerando emprego e renda para a região. A **Zona Franca** é um dinamismo da economia brasileira", afirmou.

A **Superintendente** da **SUFRAMA**, **Flávia Grosso**, reforçou o discurso otimista afirmando que os US\$ 19.7 bilhões faturados pelo **PIM** no primeiro semestre de 2011 superaram as projeções iniciais feitas pela autarquia e que tudo indica que o polo deverá ultrapassar um faturamento de US\$ 40 bilhões e gerar mais de 120 mil empregos ao final deste ano. "Isso mostra que o empresariado continua acreditando no sucesso do modelo e investindo, o que proporciona crescimento econômico e bem-estar social à região. A cada desafio saímos mais fortes", disse. "Normalmente o faturamento do polo aumenta no segundo semestre, então estamos confiantes de que chegaremos ao final de 2011 com a conquista de novos recordes de faturamento e de geração de empregos", complementou a dirigente.

Discussões pontuais

Além da aprovação de novos investimentos, a 252ª Reunião do CAS foi marcada também por debates sobre questões como a necessidade de mecanismos de proteção comercial à indústria **regional** e o descontingenciamento dos recursos próprios da **SUFRAMA**.

O presidente da Federação do **Comércio** de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre (**Fecomércio/AC**) e conselheiro representante das classes produtoras, Leandro Pinto, solicitou medidas emergenciais de proteção aos produtores de sacarias de juta e malva na região. Segundo o conselheiro, esse segmento oferece hoje alternativas de emprego e renda para mais de 20 mil famílias ribeirinhas somente no Estado do **Amazonas** e estaria sofrendo sérias ameaças com a concorrência desleal de produtos similares **importados** de países asiáticos. O ministro interino do **MDIC**, Alessandro Teixeira, informou que foi realizada nessa quarta-feira uma reunião no **Ministério** para tratar do assunto e que a meta é encontrar uma solução no menor tempo possível.

A respeito do contingenciamento dos recursos próprios da **SUFRAMA**, tema que recebeu contribuições de diversos

conselheiros do colegiado, o representante das classes trabalhadoras, Antônio Tavares, disse que isso é um problema que tem afetado o **desenvolvimento** da região e trazido insegurança ao modelo **Zona Franca** de **Manaus**, ao mesmo tempo em que cobrou uma maior atenção do **Governo Federal** à questão.

O secretário municipal de Finanças e conselheiro representante da Prefeitura de **Manaus**, Alfredo Paes, disse que o equilíbrio fiscal do governo é uma preocupação constante, mas que a reivindicação **regional** é por um tratamento diferenciado ao orçamento da **SUFRAMA**. “Quando você fala em contingenciamento de orçamento de um **Ministério**, você está tratando de despesa. O que a **SUFRAMA** reivindica é que ela também é arrecadadora, então seus recursos vão para o Tesouro e contribuem com o equilíbrio fiscal. O entendimento é que, como a autarquia

gera receitas, ela teria que ter um tratamento diferenciado no seu orçamento”, afirmou.

O ministro Alessandro Teixeira disse que o Governo prioriza a região e que mantém um compromisso sério em prol do fortalecimento e do crescimento do modelo **ZFM**. “Nós temos a convicção de que a **Zona Franca** de **Manaus** é um modelo viável para o **desenvolvimento** do país. Não há qualquer desprestígio da **Zona Franca**. Se isso ocorresse, não estariam crescendo os investimentos e a **Zona Franca** de **Manaus** não estaria no centro da política de governo”, afirmou. “Os recursos da **Zona Franca** vão aumentar e isso é um comprometimento que o Governo tem no sentido de garantir o **desenvolvimento** do polo e da região. Tenho certeza que o Estado do **Amazonas** nunca cresceu tanto e nunca gerou tanto emprego quanto nos últimos anos. A atual gestão do **Governo Federal** tem se mostrado comprometida seriamente com a região”, complementou.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Uso de recursos externos é estratégia de "alto risco"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Anne Warth e Francisco Carlos de Assis - O Estado de S.Paulo

A dependência do uso da poupança externa para financiar o investimento é uma estratégia de alto risco e de curto prazo. A avaliação é do economista André Lara Resende, ex-diretor do Banco Central (BC) e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para Resende, um dos criadores do Plano Real, essa dependência crescente do capital externo ocorre porque o Brasil tem a pretensão de crescer acima da média, mas não possui poupança interna suficiente para promover o crescimento.

Resende comparou a taxa de poupança interna do Brasil, de cerca de 17% do Produto Interno Bruto (PIB), com a da Índia, acima de 30% do PIB, e a da China, superior a

50%. Em sua avaliação, utilizar o financiamento externo é um instrumento válido para promover o investimento, mas não para custear o gasto público - como o Brasil tem feito.

O diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças, Edmar Bacha, também ex-presidente do BNDES, disse que o alto custo do investimento é um dos fatores que impedem um crescimento econômico maior. "Entre 1970 e 1973, a poupança interna era de 19,6% do PIB e a externa de 2,7%. No ano passado, a externa permanecia em 2,7% do PIB, enquanto a doméstica caiu para 16,6%", afirmou.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO É preciso se preparar para o que vem da China		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Competir com a China é muito complexo porque esse país, simultaneamente, é e não é uma economia empresarial de mercado. É uma economia empresarial pelo lado da feroz concorrência interna entre os produtores locais; não é porque o mercado não tem determinância na expansão do crédito e na taxa de juros e no câmbio, que são manejados segundo os objetivos da política econômica.

Além disso, o estado é forte indutor do crescimento econômico, executa políticas industriais muito intervencionistas e está presente em empresas dos mais diversos setores e por ele transitam os investimentos da infraestrutura.

Tudo isso reunido, traz múltiplos significados: parte expressiva do investimento da economia chinesa é autônoma; não há restrição de financiamento às inversões públicas ou privadas já que o setor financeiro é concebido para servir à economia real e não o inverso; e a taxa de câmbio administrada assegura competitividade externa do produto chinês.

Enfim, a política econômica e a economia estão orientadas para o crescimento e para o avanço tecnológico, o que vai renovando o poder econômico da China e está rompendo a antiga dependência das exportações do país à mão de obra barata.

Se a concorrência interna é intensa, a projeção externa das empresas que irão concorrer no exterior é matéria de estado, da mesma forma que é de alçada superior o uso do poder financeiro em moeda estrangeira acumulado pelo país para a abertura de fontes de matérias primas e de mercados para os produtos chineses.

A crise deu grande visibilidade a esta peculiar reunião de instrumentos de mercado e não-mercado e tornou ainda mais profunda a influência da maior economia emergente sobre as economias de praticamente todos os países do mundo.

Nesse quadro, o Brasil não é exceção, de modo que além da intensa articulação que já vinha sendo construída com a China a partir das commodities, passa a vivenciar uma

crescente presença do produto chinês em terceiros mercados onde o produto brasileiro mantinha participação e no seu próprio mercado consumidor.

Uma pesquisa desenvolvida pelos professores Rhys Jenkis e Alexandre de Freitas Barbosa para o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) mostrou que a exportação brasileira vem rapidamente perdendo posições para a China no Mercosul e que a penetração das importações desse país na indústria brasileira, embora crescente, apenas deu seus primeiros passos.

O produto chinês representa ainda pouco da oferta industrial interna comparativamente à média dos demais países que exportam para o Brasil.

Mas, mesmo em um estágio inicial, já é claro onde a supremacia da China mais se desenvolverá: nos setores de maior valor agregado e intensidade tecnológica, como na indústria eletrônica, aparelhos de telecomunicações, componentes eletrônicos e máquinas e equipamentos. Estamos preparados para o que ainda está por vir?

Este artigo é uma singela homenagem a Antônio Barros de Castro, falecido no último domingo. Grande historiador e um dos maiores economistas do país, foi professor da Unicamp e da UFRJ e presidiu o BNDES.

Um de seus temas prediletos de estudo vinha sendo a ascensão chinesa e a influência disto nos rumos da industrialização brasileira.

Julio Gomes de Almeida é economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (ledi) e professor da Unicamp

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Sony põe <u>Brasil</u> no pódio do <u>mercado</u> profissional		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Companhia japonesa quer aproveitar maior demanda no segmento do país por conta dos grandes eventos esportivos até 2016

Fábio Suzuki

Patrocinadora oficial da Fifa, a Sony quer aproveitar os dois principais eventos da entidade máxima do futebol no país para explorar seus principais produtos no **mercado** brasileiro.

Durante a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014, a companhia japonesa de eletroeletrônicos pretende atender a necessidade que o país terá por novas tecnologias de transmissão por meio dos itens de sua área profissional. “Esses eventos vão gerar oportunidades de negócios tanto em transmissão como em infraestrutura e nós temos as soluções para atender a essas necessidades”, diz Luiz Padilha, vice-presidente da área de soluções profissionais da Sony para a América Latina.

Entretanto, a ocorrência dos torneios de futebol no país casou com a estratégia de negócios da companhia por conta do bom momento pelo qual passa a economia brasileira.

“O **Brasil** vem sendo há alguns anos um local especial para a matriz pelo cenário em que está inserido e agora mais ainda com os eventos que estão por vir”, diz o executivo.

Soma-se a esses elementos o fato do país ter escolhido o padrão japonês para a **TV digital**, onde a companhia sai na frente da concorrência por sua origem até a data estipulada pelo governo para a transição da tecnologia, em 2016.

“Essa mudança demandará uma geração de conteúdos bem maior e isso gera mais investimentos em equipamentos”, diz o vice-presidente da Sony no **mercado** latino-americano.

Entretanto, a companhia não divulgou números sobre a área profissional, citando apenas que a expectativa para esse ano é de crescer dois dígitos.

Passo à frente

Os produtos que podem estar fazendo a cabeça dos consumidores nos próximos anos já começam a ser introduzidos na área profissional pela empresa.

Entre os destaques estão duas câmeras filmadoras digitais que reproduzem conteúdos em 35 milímetros, resolução mais utilizada na área audiovisual profissional. “Isso possibilitará os produtores independentes a terem acesso a esse tipo de equipamento por seu custo-benefício”

DESTAQUE DO ANO

1

Eventos em três dimensões A companhia colocou seus produtos nas transmissões de eventos em 3D, como o Carnaval do Rio de Janeiro e o torneio de tênis de Wimbledon.

MERCADO E M EXPANSÃO

2

Adoção ainda tímida de tecnologia 3D . O fato deve-se à diversas inovações que estão sendo introduzidas nos produtos, além do ganho de escala para que sua comercialização seja rentável.

RECUPERAÇÃO

Unidade em Sendai retoma **produção** A Sony voltou a ter sua **produção** normalizada na semana passada após a destruição quase completa na unidade de filmes com o tsunami formado após o terremoto de 8,9 de magnitude.

Produção volta ao normal cinco meses após tsunami

Unidade da Sony em Sendai foi muito castigada e só voltou a operar na semana passada; interrupção trouxe problemas de transporte e distribuição

A Sony voltou a ter sua **produção** normalizada depois que uma de suas unidades no Japão ficou praticamente destruída com o tsunami formado após o terremoto de 8,9 de magnitude que atingiu o país asiático em março deste ano.

A catástrofe comprometeu a entrega de produtos da companhia, que teve de transferir diversos trabalhos para outras unidades para diminuir os prejuízos. “Infelizmente, isso nos gerou uma série de problemas nas áreas de transporte, distribuição e fornecimento de equipamentos”, diz Luiz Padilha, vice-presidente da área de soluções profissionais da Sony para a América Latina, ao comentar que o segmento foi afetado nos três primeiros meses após a catástrofe no Japão. “Tivemos que ir atrás de componentes e itens para atender as os compromissos mais **importantes** e outros foram postergados”, completa.

A unidade de filmes da Sony que foi atingida fica na cidade de Sendai, local do epicentro do terremoto e só retomou sua **produção** na semana passada.

Padilha elogia o trabalho realizado nesses cinco meses até a volta das atividades. “A disciplina, determinação e preocupação dos japoneses é surpreendente”, afirma. De acordo com o executivo, só em outubro, quando a companhia fecha seu semestre fiscal, será possível avaliar os prejuízos.

No ano fiscal encerrado em março, a companhia teve um prejuízo líquido de US\$ 3,2 bilhões e a receita diminuiu 0,5%.

Para o atual ano fiscal, que terminará em março de 2012, a Sony espera reverter o prejuízo para um lucro líquido de US\$ 1,03 bilhões.

A companhia também prevê um crescimento de 4,4% da receita, segundo a Dow Jones.

F.S.

TEMPOS DIFÍCEIS

US\$ 3,2 bi

Foi o prejuízo líquido da Sony no ano fiscal encerrado em março após o tsunami.

US\$ 1,03 bi

É o lucro líquido esperado para o ano fiscal que vai até 2012.

	VEÍCULO EPOCA NEGOCIOS	EDITORIA	
	TÍTULO Princípio ativo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Como uma velha empresa química de São Paulo conquistou a confiança dos povos da floresta e se tornou a maior fornecedora de óleos amazônicos para a cosmética internacional

Por Clarice Couto

SANGUE NOVO

Filipe Sabará é o diretor da Beraca que negocia com clientes globais...

Visualize a cena. Milão no final do inverno europeu. Num evento paralelo à In-Cosmetics, maior e mais glamourosa feira internacional de produtos de beleza, gigantes da cosmética discutem transparência na cadeia de abastecimento de matérias-primas. De um lado da mesa, Michel Phillippe, vice-presidente da L'Oréal, uma multinacional francesa com faturamento de US\$ 19,5 bilhões. De outro, Pascal Bordat, VP da igualmente francesa e globalizada Estée Lauder, com receitas anuais de US\$ 7,8 bilhões. Entre eles, Filipe Sabará, um brasileiro de 27 anos, diretor de negócios da Beraca, uma fabricante de insumos para cosméticos à base de frutos da **Amazônia**. Ele não estava lá à toa.

Não ria do nome esdrúxulo. A Beraca é a maior fornecedora internacional de óleos e ingredientes derivados de frutos amazônicos e fornece para praticamente todas as grandes empresas que já entraram na onda dos cosméticos naturais e orgânicos. É nicho? Sim, mas este **mercado** cresceu globalmente ao ritmo de 12% ao ano nos últimos cinco anos – 20% nos Estados Unidos, que concentra mais da metade das vendas mundiais. A Beraca se beneficiou desse movimento. De um ano para cá, a parcela dos ingredientes da empresa destinados à **exportação** passou de 40% para 50%. Seu faturamento cresceu 33% nos últimos três anos e chegou a R\$ 110 milhões em 2010. A companhia atua também nos setores de nutrição animal, ingredientes para alimentos e tecnologias para tratamento de água. Mas é a divisão de insumos para cosméticos que lidera a expansão.

O conceito de cosmético orgânico ou natural ainda é objeto de debates, mas alguns princípios são aceitos por todas as certificadoras. Pelo menos 70% de seus insumos não podem ser transgênicos nem ter tido contato com defensivos ou

adubos químicos. Para usar orgânico no rótulo, ainda é preciso que as matérias-primas sejam certificadas. Até poucos anos atrás, a fabricação de produtos do gênero concentrava-se em empresas segmentadas como a suíça Weleda, as alemãs Dr. Hauschka e Logona e as americanas Burt's Bees e Aveda. Mas, na última década, a crescente popularidade dos alimentos orgânicos se estendeu aos cosméticos. Grifes de produtos de beleza convencionais adquiriram marcas de artigos naturais. A Estée Lauder comprou a Aveda em 1997. Foi seguida pela L'Oréal que, em 2000, comprou a centenária farmácia nova-iorquina Kiehl's.

MÉTODO ARTESANAL

Um trabalhador ensaca amêndoas de andiroba em uma estufa improvisada na mata da região de Bragança, no Pará. Hoje, 40 comunidades de oito estados fornecem para a Beraca

Como uma velha empresa química de São Paulo conquistou a confiança dos povos da floresta e se tornou a maior fornecedora de óleos amazônicos para a cosmética internacional

Por Clarice Couto

e o sucessor de Ulisses, o “descobridor” da floresta

BÊNÇÃO HEBRAICA

A história da Beraca começa há mais de cinco décadas, em 1956, com a fundação, em São Paulo, da Sabará Indústria e **Comércio**, uma distribuidora de produtos químicos. Vinte anos depois, com a morte do fundador, a companhia passou às mãos dos irmãos Marco Antônio e Ulisses Sabará. Foi um período difícil. A companhia perdeu **mercado**, tentou a sorte no Nordeste e esteve perto de fechar as portas, mas reencontrou o rumo sob o comando de Ulisses. Para um homem religioso como ele – que diz não ser católico nem evangélico, mas tem uma Bíblia sobre a mesa de trabalho –, a superação das dificuldades inspirou a troca do nome da companhia. “Há uma passagem na Bíblia, em II Crônicas, capítulo 20, que narra como o rei Josafá venceu três exércitos com a ajuda de Deus. O episódio se passa no Vale de Beraca que, em hebraico, significa bênção”, afirma.

Por sugestão de colegas, Ulisses começou a vender óleo de jojoba no final dos anos 90. Não tardou para que passasse a **importar** mais de 30 ingredientes cosméticos e conquistasse a Natura como cliente. Entre 2000 e 2001, foi convidado pela empresa para participar das discussões de uma nova linha de produtos. Era a Ekos, um marco na história da Natura. O negócio da Beraca estava salvo.

Na mesma época, Ulisses comprou uma empresa incubada na Universidade Federal do Pará. A Brasmazon, como era chamada, tinha no óleo das sementes da andiroba seu principal produto. Como os óleos precisavam ser processados, Ulisses deu início à construção de uma refinaria em Ananindeua, na região metropolitana de Belém. Cerca de US\$ 15 milhões foram investidos na operação. “Normalmente, os empresários montam uma estrutura básica na **Amazônia** e beneficiam os produtos na região central do país. Nós fomos na contramão”, diz.

Ao mesmo tempo em que firmava o pé no **mercado** brasileiro, a Beraca tratava de dar as caras em feiras internacionais de cosméticos. A francesa Yves Rocher foi a primeira a se render aos insumos amazônicos oferecidos pela empresa. A L'Oréal veio em seguida. Hoje, o óleo extraído da casca do açaí está presente em uma linha de cremes da Kiehl's que custa até US\$ 45 no varejo americano. “A Beraca é uma referência quando se pensa em insumos nacionais para cosméticos. É nossa única fornecedora no Brasil”, afirma Anna Chaia, presidente da L'Occitane no país. A marca tem uma linha de protetores solares fabricada com buriti, cupuaçu e castanha orgânicos.

Por trás do sucesso, há um jeito colaborativo de fazer negócios. “Mostrar qual é a comunidade parceira, trazer o presidente da empresa cliente para conhecê-la e esclarecer sobre a rastreabilidade dos ingredientes faz diferença”, afirma Ming Liu, coordenador executivo do projeto Organics Brasil, que promove produtos orgânicos brasileiros no **mercado** externo. Conquistado o cliente, a confiabilidade na entrega de volumes consideráveis de insumos que dependem do extrativismo em lugares remotos faz toda a diferença. Nas últimas décadas, a **Amazônia** foi palco da atividade de “gatos”, como são chamados os intermediários entre comunidades e empresas. Os recorrentes calotes nos ribeirinhos criaram um clima de desconfiança nas relações comerciais. Apesar disso, a Beraca conseguiu formar uma rede de fornecedores regulares. “É incomum uma companhia desse porte trabalhar na **Amazônia** da forma como eles fazem. Isso requer um investimento muito alto”, afirma Alexandre Gibrail,

sócio da Apel, uma consultoria especializada em gestão e sustentabilidade.

PROCESSO INDUSTRIAL

Caixas da andiroba colhida nas comunidades amazônicas chegam à fábrica da Beraca em Ananindeua (PA). As amêndoas são despejadas em uma prensa para extração do óleo utilizado em produtos para renovação da pele

Como uma velha empresa química de São Paulo conquistou a confiança dos povos da floresta e se tornou a maior fornecedora de óleos amazônicos para a cosmética internacional

Por Clarice Couto

Como uma velha empresa química de São Paulo conquistou a confiança dos povos da floresta e se tornou a maior fornecedora de óleos amazônicos para a cosmética internacional

Por Clarice Couto

DOIS MUNDOS

Na fábrica da Beraca, máquinas rudimentares, como a que purifica óleos vegetais em filtros de pano, convivem com laboratórios de inovação. A base são toneladas de frutos amazônicos

Do momento em que descobriu a floresta até hoje, a Beraca multiplicou por oito o número de fornecedores. No início, eram cinco comunidades no Pará. Hoje são 40, no Pará, **Amazonas**, Maranhão, Amapá, Piauí, Acre, em Roraima e Minas Gerais. A primeira de todas foi a Ilha de Marajó, em 2001. Ali, no período das cheias, os rios carregam as sementes de andiroba para a beira da praia, onde elas se amontoam. “A prefeitura ateava fogo em tudo, para ‘limpar’. Nós mostramos à comunidade quais sementes nos interessavam”, diz Ulisses, entusiasmado.

Com o estímulo da empresa, as mulheres da região formaram uma cooperativa. Anos depois, em 2008, a Beraca apresentou à presidência da Fundação L'Occitane o trabalho das marajoaras. Após a visita de uma comitiva da entidade à ilha, a cooperativa recebeu recursos para a construção de uma sede própria. Era só o começo. Com o dinheiro da venda da andiroba, as cooperadas compraram os dois terrenos ao lado do que haviam ganho. Para Ulisses, o povo amazônico ainda não é tratado pela gente das empresas com o respeito que merece. “Há uma tendência no homem urbano de achar que eles [os homens e as mulheres da **Amazônia**] não conseguem entender o que é um contrato”, afirma. “Muita

gente também já passou pelas comunidades jurando que ia comprar sementes delas e nunca mais voltou.”

Por essas e outras, a Beraca só compra de fornecedores que trabalham com mais de um produto. É que ela paga adiantado pela safra. Na falta de um insumo, leva outro. E a comunidade não depende de um único fruto. A empresa se acostumou também com a peculiar precificação amazônica. José Martins Matos, presidente da cooperativa dos agricultores dos Caetés (Coomac), no município paraense de Bragança, explica o cálculo do preço de venda do buriti, da andiroba, do tucumã e do murumuru: “Somamos os gastos para erguer uma estufa, o galpão de armazenagem, comprar equipamentos e o valor da nossa diária na época de coleta dos frutos”. O grupo é formado por 16 comunidades. Entre outros insumos, eles vendem a farinha de buriti, da qual a Beraca extrai, na fábrica, o óleo do fruto. Os cooperados, porém, acabam de comprar uma prensa que permitirá a extração do óleo no local. Se pela venda de nove quilos de farinha os extrativistas recebem R\$ 39,6, pela mesma quantidade transformada em óleo receberão R\$ 52. Além de bons de conta, eles têm juízo. Para suprir a demanda por ingredientes orgânicos certificados, os membros da Coomac abandonaram antigos costumes. A queima da mata e a

aplicação de herbicidas, comuns no cultivo da mandioca, foram abolidas.

O maior envolvimento em iniciativas internacionais levou Ulisses a pensar na sucessão. Filipe, o mais velho dos três filhos, trabalha na empresa desde os 15 anos, encarando a pressão do pai: “Para trabalhar aqui, você vai ter de ser melhor do que os outros funcionários”. Em 2007, assumiu a diretoria de negócios da Beraca. É Filipe quem negocia com os executivos das empresas compradoras. Aos 19 anos, já rodava o mundo para prospectar clientes e abrir distribuidores. Resultado: mais de 40 países hoje têm um representante de vendas da Beraca. De 2008 para cá, ele abriu subsidiárias com estoques em Paris e Nova York.

Tanto tempo em trânsito levou Filipe a desenvolver pequenas obsessões. Chegar a 1 milhão de milhas aéreas – como o personagem de George Clooney em Amor sem Escalas – é uma delas. Ele diz que já tem 500 mil. E só tem 27 anos. Segundo Filipe, mais de 20 fundos já o procuraram, interessados em comprar uma participação na empresa. Ele diz que não se deixa seduzir: “Os negócios na floresta acontecem de forma mais lenta que os deles”.

	VEÍCULO IMPACTO RONDONIA	EDITORIA	
	TÍTULO Euclides requer Moção de Aplausos ao Cimcero		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O deputado estadual Euclides Maciel apresentou esta semana, ao plenário das deliberações do Poder Legislativo, requerimento aos nobres pares para a concessão de Moção de Aplausos ao Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste de Rondônia – Cimcero.

A instituição, criada em 1997, tinha a finalidade inicial de associar municípios para captar recursos financeiros e técnicos para a conservação da malha viária municipais através de convênios com a **Suframa** em 1998. Época em que foram adquiridos 35 equipamentos entre tratores, caçambas, motos niveladoras, caminhões que se encontram a disposição das prefeituras conveniadas.

Em 2009, com a posse do presidente Charles Luiz Pinheiro Gomes, o consórcio ampliou as funções. Foram criados: o programa de implementação e gestão de aterros sanitários e o programa de saúde.

Atualmente 10 municípios integram o programa rodoviário, 33 participam do programa de saúde e 18 estão inseridos nas ações de saúde. “Em apenas dois anos o consórcio transformou-se em uma entidade de abrangência estadual com compromissos sociais de grande envergadura e relevância”; justificou Euclides Maciel.

No programa de saúde quatro projetos foram apresentados a Secretária de Saúde envolvendo 400 mil habitantes da região central do Estado. Entre os serviços oferecidos as comunidades estão: **Regionalização** do TFD, transporte de pacientes, mamãe feliz e recuperando vítimas de trânsito. “Ações que merecem o aplauso e o reconhecimento do Poder Legislativo do Estado de Rondônia”; justificou Euclides Maciel.

	VEÍCULO PANTANAL NEWS	EDITORIA
	TÍTULO Amazônia Legal e MS terão 32 unidades fluviais	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Até 2014, investimento do Governo Federal será superior a R\$ 38 milhões. Embarcações vão ampliar assistência em regiões alagadas ou isoladas

O Ministério da Saúde inicia hoje (24) o cadastramento das propostas de adesão dos municípios da Amazônia Legal e do Mato Grosso do Sul às primeiras Unidades Fluviais de Saúde. Até 2014, serão 32 embarcações que prestarão assistência integral e contínua à saúde das populações ribeirinhas.

Durante o lançamento do Programa de Construção das Unidades Fluviais de Saúde, em Brasília, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ressaltou que uma das principais ações das unidades – também conhecidas como Unidades Básicas de Saúde (UBSs) Fluviais – é levar um pré-natal de qualidade às gestantes, o que contribui diretamente e de forma significativa para a redução das mortalidades materna. “A ideia foi construir um programa que fizesse parte de uma Política de Fortalecimento e Qualificação da Atenção Básica de Saúde, que estamos chamando de Saúde Mais Perto de Você”, destacou o ministro.

Para a construção das embarcações, o Governo Federal garantiu um investimento de R\$ 38,4 milhões. E, quando as unidades estiverem instaladas, elas poderão receber até R\$ 40 mil mensais equivalentes a recursos de manutenção/custeio das UBSs Fluviais. Estes valores já começam a ser liberados este ano e à medida das adesões municipais. Até 2012, metades das embarcações (ou seja, 16 unidades) deverão estar em pleno funcionamento nos municípios selecionados.

Durante o lançamento do programa, o ministro Alexandre Padilha também aproveitou a presença de representantes das secretarias municipais e estaduais de saúde para mobilizá-los no sentido de fortalecer o diagnóstico e o combate ao câncer de mama e de colo do útero, em todo o país. Esta é uma das diretrizes do Programa de Construção das Unidades Fluviais de Saúde. As embarcações prestarão

assistência às gestantes – desde o pré-natal e até os dois anos de vida do bebê – e reforçarão as ações de planejamento familiar e de prevenção e controle dos cânceres de mama e de colo do útero, da hipertensão e do diabetes.

COMPOSIÇÃO – As UBSs Fluviais contarão com equipes profissionais formadas por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e de laboratório e também agentes comunitários que atuam na Estratégia Saúde da Família. As embarcações também poderão contar com dentista e auxiliar ou técnico de Saúde Bucal.

As unidades fluviais terão consultório médico, odontológico e de enfermagem, além de ambiente para armazenamento e oferta de medicamentos, laboratório, sala de vacina, banheiros, sala para outros procedimentos ambulatoriais, cozinha e cabines com leitos em quantidade suficiente para abrigar a tripulação.

ADESÃO – As unidades serão implementadas a partir da adesão dos municípios do Mato Grosso do Sul e dos estados que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Roraima, Rondônia e Mato Grosso). Os convênios serão firmados entre as secretarias municipais de saúde e o Ministério da Saúde.

Os pedidos de adesão poderão ser feitos por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) até o próximo dia 30 de setembro. Depois deste prazo, as propostas serão analisadas e publicadas, quando serão informados os locais onde as 16 primeiras UBSs Fluviais serão instaladas.

UBSs – Para os estados da Amazônia Legal e o Mato Grosso do Sul também estão previstas novas Unidades Básicas de Saúde. Esta região já tem 189 UBSs com a primeira parcela de recursos financeiros paga e inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II, correspondendo a

um total de R\$ 50,2 milhões. Estes estados também estão inseridos no Programa **Brasil Sem Miséria**.

A classificação das UBSs determina o valor dos recursos financeiros para a construção das unidades, em que o número de equipes de Saúde da Família vinculado a elas é

considerado para o cálculo. Unidades Básicas de Saúde com uma equipe recebem o incentivo federal de R\$ 200 mil. Com duas equipes, o valor sobe para R\$ 266,6 mil. A partir daí, são acrescidos R\$ 133,3 mil.

Por Tinna Oliveira, da Agência Saúde – Ascom/MS